



**PREGÃO ELETRÔNICO
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
FARROUPILHA**

PREGÃO ELETRÔNICO - SRP Nº 23/2022

(Processo Administrativo n.º 23243.000719/2022-15)

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA, por meio da Direção de Compras e Licitações, realizará licitação para REGISTRO DE PREÇOS, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, **do tipo menor preço por ITEM**, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, , do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, do Decreto nº 7892, de 23 de janeiro e 2013, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril, de 2018, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital.

Data da Sessão: 06/07/2022

Horário: 9:00 horas (Horário Oficial de Brasília)

**Local: Portal de Compras do Governo Federal – www.gov.br/compras(
www.comprasgovernamentais.gov.br)**

Contato: exclusivamente pelo e-mail pregao@iffarroupilha.edu.br

UASG: 158127

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a eventual aquisição de **APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em ITENS ISOLADOS, conforme tabela constante no ANEXO II deste Edital, facultando-se ao licitante a participação em quantos ITENS forem de seu interesse.



1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço por item. Observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1 O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.1.1 O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br (www.gov.br/compras), por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

3.2 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.3 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4.1 A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.

4.1 Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

4.1.1 Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.



4.2 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.2.1 A participação nos itens 01, 02, 03, 04 e 22 são de ampla concorrência, sendo os demais exclusivos às microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

4.3 Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.3.1 proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.3.2 que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.3.3 estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.3.4 que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

4.3.5 que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

4.3.6 entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

4.3.7 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

4.4 Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.4.1 que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

4.4.1.1 nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

4.4.1.2 nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

4.4.2 que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;



4.4.3 que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

4.4.4 que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.4.5 que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.4.6 que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.

4.5.7 que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4.8 que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

4.5 A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, **concomitantemente** com os documentos de **habilitação exigidos no edital, proposta** com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.2 O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3 Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

5.4 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.



5.5 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.6 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

5.7 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.8 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.2 Valor unitário;

6.1.3 Marca;

6.1.4 Fabricante;

6.1.5 Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável.

6.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

6.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5 O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.6 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.6.1 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas da



União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2 O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

7.2.1 Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.2.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.3 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.5 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.1 O lance deverá ser ofertado pelo valor do item.

7.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.



- 7.8 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 7.9 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de **quinze minutos**. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 7.10 Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 7.10.1 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 7.11 Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 7.11.1 Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 7.12 Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.
- 7.13 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.14 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 7.15 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 7.16 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada



somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.17 O Critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido neste Edital e seus anexos.

7.18 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.19 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.20 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.21 A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.22 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.23 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.24 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.25 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:

7.25.1 no país;

7.25.2 por empresas brasileiras;



7.25.3 por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.25.4 por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

7.26 Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

7.27 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.27.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.27.2 O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 3 (três) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.28 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

8.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

8.2 O licitante qualificado como produtor rural pessoa física deverá incluir, na sua proposta, os percentuais das contribuições previstas no art. 176 da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009, em razão do disposto no art. 184, inciso V, sob pena de desclassificação.

8.3 Poderão ser aceitos proposta acima do valor de referência de acordo com compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação.

8.3.1 Para verificação da compatibilidade o pregoeiro examinará os preços válidos, que serviram de base para formação do preço de referência (menor, maior e médio) e o maior valor pesquisado será considerado como valor referencial.



8.3.2 Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), desconto menor do que o mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

8.4 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

8.5 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

8.6 O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 2 (duas) horas sob pena de não aceitação da proposta.

8.6.1 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

8.6.2 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta-

8.7 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.8 Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

8.9 O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

8.9.1 Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.



8.9.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.10 Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.11 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9 DA HABILITAÇÃO

9.1 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).
- d) Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

9.1.1 Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

9.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.2.1 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor



diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.2.2 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.2.3 O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

9.2.4 Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.2.5 No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.2.6 Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

9.2.7 O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

9.2.8 É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

9.2.9 O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

9.3 Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já



apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

9.4 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

9.5 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.5.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.6. Ressalvado o disposto no item 9.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

9.7 Habilitação jurídica:

9.7.1 No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7.2 Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

9.7.3 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.7.4 inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

9.7.5 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.7.6 No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente



arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

9.7.7 No caso de agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto n. 7.775, de 2012.

9.7.8 No caso de produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

9.7.9 No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

9.7.10 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

9.8 Regularidade fiscal e trabalhista:

9.8.1 prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.8.2 prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.8.3 prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.8.4 prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;



9.8.5 prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.8.6 prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.8.7 caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.8.8 caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

9.9 Qualificação Econômico-Financeira.

9.9.1 certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

9.9.2 balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

9.9.2.1 No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (Art. 3º do Decreto nº 8.538, de 2015);

9.9.2.2 no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

9.9.2.3 é admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.



9.9.2.4 Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

9.9.3 A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.9.4 As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 1 (um por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

9.10 O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

9.11 A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.



9.11.1 A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.12 Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.13 A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.14 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.15 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.16 Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.17 Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1 A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 2 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

10.1.1 ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.



10.1.2 conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

10.2 A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

11. DOS RECURSOS

11.1 Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

11.2 Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.2.1 Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.2.2 A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.2.3 Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.3 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1 A sessão pública poderá ser reaberta:



12.1.1 Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2 Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2 Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1 A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.2.2 A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1 O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.2 Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1 Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.



15. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1 Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

15.2 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada e devolvida no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

15.3 O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

15.4 Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

16. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

16.1 Não haverá termo de contrato, sendo este substituído pela nota de empenho com vinculação à proposta, aos termos do edital da licitação e à ata de registro de preços.

17. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL

17.1 Os preços são fixos e irreajustáveis;

17.2 As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços poderão sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art.65 da lei 8.666/93 e no Decreto 10.024/2019 no que couber.

18. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

18.1 Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

19. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

19.1 As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.



20. DO PAGAMENTO

20.1 As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

21.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

21.1.1 não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

21.1.2 não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;

21.1.3 apresentar documentação falsa;

21.1.4 deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

21.1.5 ensejar o retardamento da execução do objeto;

21.1.6 não mantiver a proposta;

21.1.7 cometer fraude fiscal;

21.1.8 comportar-se de modo inidôneo;

21.2 As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

21.3 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

21.4 O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

21.4.1 Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

21.4.2 Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

21.4.3 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

21.4.4 Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;



21.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

21.6 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

21.7 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

21.8 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

21.9 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

21.10 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

21.11 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

21.12 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

21.13 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

21.14 As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.



22. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

22.1 Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

22.2 A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.

22.3 Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.

22.4 Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada acaso o melhor colocado no certame não assine a ata ou tenha seu registro cancelado nas hipóteses previstas nos artigos 20 e 21 do Decreto nº 7.892/213.

23. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

23.1 Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

23.2 A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail: **pregao@iffarroupilha.edu.br**.

23.3 Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

23.4 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

23.5 Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

23.6 O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

23.7 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

23.7.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

23.8 As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.



24. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

24.1 Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

24.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

24.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

24.4 No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

24.5 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

24.6 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

24.7 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

24.8 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

24.9 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

24.10 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

24.11 O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br (www.gov.br/compras), e também poderão ser lidos e/ou obtidos no site Institucional (<https://www.iffarroupilha.edu.br/licitacoes-iffarroupilha>).

24.12 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:



Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilh
Reitoria



24.12.1 ANEXO I - Termo de Referência.

24.12.2 ANEXO II – Relação de Itens e Locais de Entrega.

24.12.3 ANEXO III – Minuta de Ata de Registro de Preços.

24.12.4 ANEXO IV – Modelo de Proposta.

Santa Maria - RS, 22 de Junho de 2022.

Carlos Rodrigo Lehn
CPF: 955.652.990-04
Ordenador de Despesas
Reitor Substituto
Port. 582/2021



Emitido em 22/06/2022

EDITAL Nº EDITAL/2022 - CLCSVS (11.01.10.02.04.03)
(Nº do Documento: 138)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 22/06/2022 15:25)
CARLOS RODRIGO LEHN
REITOR

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sig.iffarroupilha.edu.br/documentos/> informando seu número: **138**, ano: **2022**, tipo: **EDITAL**, data de emissão: **22/06/2022** e o código de verificação: **72c4b40efc**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA

REITORIA

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 23/2022
(Processo Administrativo nº 23243.000719/2022-15)

1. DO OBJETO

1.1. Eventual aquisição de **APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

Item	Especificações	(Q) quantidade	Unid	PMUN - Vlr. Médio	Total
1	APARELHO AR CONDICIONADO, CAPACIDADE REFRIGERAÇÃO 12.000 BTUS, QUENTE E FRIO, TENSÃO 220V, TIPO SPLIT HI WALL, INVERTER, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COM CONTROLE REMOTO SEM FIO, CERTIFICAÇÃO PROCEL A.	96	UNIDADE	R\$ 2.122,37	R\$ 203.747,52
2	APARELHO AR CONDICIONADO, CAPACIDADE REFRIGERAÇÃO 18.000 BTUS, QUENTE E FRIO, TENSÃO 220V, TIPO SPLIT HI WALL, INVERTER, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COM CONTROLE REMOTO SEM FIO, CERTIFICAÇÃO PROCEL A.	64	UNIDADE	R\$ 3.786,14	R\$ 242.312,96
3	APARELHO AR CONDICIONADO, CAPACIDADE REFRIGERAÇÃO 24.000 BTUS, QUENTE E FRIO, TENSÃO 220V, TIPO SPLIT HI WALL, INVERTER, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COM CONTROLE REMOTO SEM FIO, CERTIFICAÇÃO PROCEL A.	41	UNIDADE	R\$ 3.926,56	R\$ 160.988,96
4	APARELHO AR CONDICIONADO, CAPACIDADE REFRIGERAÇÃO 30.000 BTUS, QUENTE E FRIO, TENSÃO 220V, TIPO SPLIT HI WALL, INVERTER, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COM CONTROLE REMOTO SEM FIO, CERTIFICAÇÃO PROCEL A.	53	UNIDADE	R\$ 5.212,29	R\$ 276.251,37
5	ASPIRADOR PÓ/LÍQUIDO, MATERIAL PLÁSTICO ALTA RESISTÊNCIA, VOLTAGEM 220 V, POTÊNCIA ASPIRADOR MÍNIMA 1.600 WATS, CAPACIDADE TANQUE	10	UNIDADE	R\$ 640,80	R\$ 6.408,00



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA

REITORIA

	MÍNIMA 1,5, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS FILTRO HEPA, RODAS, TUBOS PROLONGADORES, BOCAIS, APLICAÇÃO PISOS E ESTOFADOS				
6	BATEDEIRA DOMÉSTICA, CAPACIDADE: 4.000 ML, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:8 VELOCIDADES/3 BATEDORES/TRAVAS NA BASE E ALIMENT, POTÊNCIA MÍNIMA:300W, VOLTAGEM: 220 V	2	UNIDADE	R\$ 436,33	R\$ 872,66
7	BATEDEIRA ELETRICA DE BOLO, NOME BATEDEIRA ELETRICA DE BOLO, BATEDEIRA PLANETÁRIA INDUSTRIAL -12 LITROS. BATEDORES EM ALUMÍNIO ESPECIAIS PARA CADA FUNÇÃO (GLOBO, RAQUETE E ESPIRAL); VELOCIDADE EM SEIS ESTÁGIOS; CUBA EM AÇO INOXIDÁVEL; CAPACIDADE: 12 LITROS. TENSÃO: 220V, PESO 45KG, POTÊNCIA 1,3CV, COSUMO 0,26KW/H. PRODUTO EM CONFORMIDADE COM A NR-12, DO INMETRO. MARCA DE REFERÊNCIA: GASTROMAQ.	3	UNIDADE	R\$ 4.340,42	R\$ 13.021,26
8	BATEDEIRA PLANETÁRIA - BOWL MULTIFUNCIONAL, PODE SER UTILIZADO TAMBÉM COMO FREEZER E NO FORNO. - POSSUI FUNÇÃO PARTIDA SUAVE E 12 VELOCIDADES PARA LHE GARANTIR MAIS PRECISÃO AO BATER SUAS RECEITAS. COM VENTOSAS ULTRA RESISTENTES, MANTÊM A ESTABILIDADE ATÉ NO PREPARO DE MASSAS MAIS PESADAS. TAMPA ANTI RESPINGOS LHE AUXILIA E LHE GARANTE SEGURANÇA DURANTE O PROCESSO DE BATIMENTO. 1 TIGELA; 1 BATEDOR PARA MASSAS PESADAS; 1 BATEDOR CLARA EM NEVE; 1 BATEDOR PARA MASSAS LEVES; 1 TAMPA DA TIGELA; 1 ESPÁTULA; TIPO: PLANETÁRIA; COR: PRETO E INOX; POTÊNCIA: 750W; CONSUMO: 0,75KWH; CAPACIDADE DO BOWL: 4 LITROS; MATERIAL DO BOWL: INOX; QUANTIDADE DE VELOCIDADES: 12 VELOCIDADES; BOWL PODE IR AO FREEZER OU FORNO: SIM; TAMPA ANTI RESPINGOS: SIM; MATERIAL: PLÁSTICO; MATERIAL DOS BATEDORES:	4	UNIDADE	R\$ 716,55	R\$ 2.866,20



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA

REITORIA

	INOX; DIMENSÕES APROXIMADAS DO PRODUTO: 32,5 X 39 X 26 CM (A X L X P); DIMENSÕES APROXIMADAS DA EMBALAGEM : 37 X 40 X 26 CM (A X L X C); PESO APROXIMADO DO PRODUTO: 3,6 KG.				
9	BATEDEIRA PLANETÁRIA KITCHENAID - MODELO ARTISAN - TIGELA É EM AÇO INOXIDÁVEL COM CAPACIDADE PARA 4,8 LITROS; - CORPO TODO DE METAL; - PROTETOR DE RESPINGOS; - REALIZA UM MOVIMENTO ATINGINDO 59 PONTOS DE CONTATO NA LATERAL DA TIGELA. 3 batedores são eles: Batedor plano para massas normais e pesadas.	2	UNIDADE	R\$ 2.615,97	R\$ 5.231,94
10	BEBEDOURO ÁGUA GARRAFÃO, MATERIAL: PLÁSTICO, TIPO: ELÉTRICO DE MESA, CAPACIDADE: COMPORTA GALÕES DE ATÉ 20L, TENSÃO 220V, DUAS TORNEIRAS PARA SELECIONAR ÁGUA NATURAL E GELADA, POSSUI BANDEJA COLETORA DE ÁGUA REMOVÍVEL, COR BRANCO.	8	UNIDADE	R\$ 442,64	R\$ 3.541,12
11	CAFETEIRA ELÉTRICA 220V, PREPARA 1,5 L OU MÍNIMO 14 XÍCARAS DE 50 ML, POTENCIA 550 WATTS, COM FUNÇÃO TIMER QUE PERMITE PROGRAMAR O HORÁRIO DO PREPARO DO CAFÉ COM ATÉ 24H DE ANTECEDÊNCIA, RESERVATÓRIO COM GRADUAÇÃO QUE INDICA O NÍVEL DE ÁGUA, ACOMPANHA COLHER DOSADORA, COR: PRETO COM PRATA, COM JARRA/COPO DE INOX.	23	UNIDADE	R\$ 299,60	R\$ 6.890,80



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA

REITORIA

12	CLIMATIZADOR DE AR EVAPORATIVO COM UM VENTILADOR, PAINEL EVAPORATIVO E BOMBA D'ÁGUA. CAPACIDADE DE CLIMATIZAÇÃO PARA 100 M ² ; RENOVAÇÃO DE AR CONTÍNUA; VAZÃO: 7.600 M ³ /H; TENSÃO: 220V; NÍVEL DE RUÍDO: 65 DB; FREQUÊNCIA: 60 HZ.	1	UNIDADE	R\$ 1.959,66	R\$ 1.959,66
13	CORTINA DE AR DE 120 CM IDEAL PARA AMBIENTES QUE PRECISAM FICAR COM A PORTA ABERTA, ORIENTAÇÃO HORIZONTAL, TENSÃO 220V, INSTALAÇÃO PAREDE/TETO, COM CONTROLE REMOTO: COM DOIS NÍVEIS DE VELOCIDADE, COR BRANCA.	18	UNIDADE	R\$ 908,51	R\$ 16.353,18
14	CORTINA DE AR DE 150 CM IDEAL PARA AMBIENTES QUE PRECISAM FICAR COM A PORTA ABERTA, ORIENTAÇÃO HORIZONTAL, TENSÃO 220V, INSTALAÇÃO PAREDE/TETO, COM CONTROLE REMOTO: COM DOIS NÍVEIS DE VELOCIDADE, COR BRANCA.	23	UNIDADE	R\$ 1.003,12	R\$ 23.071,76
15	CORTINA DE AR DE 90 CM IDEAL PARA AMBIENTES QUE PRECISAM FICAR COM A PORTA ABERTA, ORIENTAÇÃO HORIZONTAL, TENSÃO 220V, INSTALAÇÃO PAREDE/TETO, COM CONTROLE REMOTO: COM DOIS NÍVEIS DE VELOCIDADE, COR BRANCA.	9	UNIDADE	R\$ 1.073,03	R\$ 9.657,27
16	CUBA DE HIGIENIZAÇÃO OU LAVATÓRIO PARA MÃOS, FABRICADO EM AÇO INOX AISI 304 DE NO MÍNIMO 0,6 MM DE ESPESURA COM TORNEIRA DE ACIONAMENTO POR PEDAL (A TORNEIRA ACOMPANHA O PRODUTO). MEDIDAS DE 0,80 X 0,50 X 0,50M (AXLXC) COM COLUNA. COM KIT DE INSTALAÇÃO E INSTALAÇÃO COMPLETA.	2	UNIDADE	R\$ 2.708,00	R\$ 5.416,00



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA

REITORIA

17	DESUMIDIFICADOR DE AR 20L/D 30º 80%UR (LITROS/DIA), 220V, ALÇA POSTERIOR PARA TRANSPORTE, UMIDOSTATO DIGITAL PARA REGULAGEM DO ÍNDICE DA UMIDADE RELATIVA, PAINEL EM LED QUE APONTA O % DE UR NO AMBIENTE, RESERVATÓRIO DE ÁGUA DE 6,5 LITROS, ADAPTADOR PARA MANGUEIRA (DRENO DIRETO) GÁS ECOLÓGICO, PÁ DIRECIONADORA DE AR (SWING), LUZ INDICATIVA E SINAL SONORO DE RESERVATÓRIO CHEIO, TIMER PARA DESLIGAR, DEFROST INCLUSO, PARADA AUTOMÁTICA QUANDO O NÍVEL MÁXIMO É ATINGIDO NO RECIPIENTE, RELIGANDO AUTOMATICAMENTE APÓS A DRENAGEM DO CONDENSADO. MARCA MODELO REFERÊNCIA: DESUMIDIFICADOR DESIDRAT PLUS 300 THERMOMATIC 220V	2	UNIDADE	R\$ 3.829,88	R\$ 7.659,76
18	FORNO ELÉTRICO, CAPACIDADE 46 L, GRILL, VIDRO DUPLO, TERMOSTATO, POTÊNCIA MÍNIMA 1500 W, APLICAÇÃO: DOMÉSTICA, VOLTAGEM:220 V, DIMENSÕES APROXIMADAS: LARGURA:49 CM, ALTURA:40 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PAINEL COM VISOR ILUMINADO, AUTOLIMPANTE, ISOLAMENTO, COR: BRANCO OU PRATA, FUNÇÃO DOURAR, COM 2 RESISTÊNCIAS: SUPERIOR E INFERIOR, COM CONTROLE INDIVIDUAL DE TEMPERATURA, BOTÃO SELETOR DE TEMPERATURA DE 90ºC A 230ºC, BOTÃO SELETOR DE FUNÇÕES: AQUECIMENTO SUPERIOR, INFERIOR, SUPERIOR E INFERIOR, BOTÃO TIMER DE 90 MINUTOS COM SINAL SONORO, BOTÃO TIMER POSSUI OPÇÃO PARA MANTER LIGADO, LUZ INDICADORA DE FUNCIONAMENTO, ACOMPANHA GRELHA DESLIZANTE.	16	UNIDADE	R\$ 689,76	R\$ 11.036,16



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA

REITORIA

19	FORNO MICRO-ONDAS CONSTRUÍDO EM AÇO INOXIDÁVEL. CARACTERÍSTICAS: TRAVA E DISPOSITIVO DE SEGURANÇA, PUXADOR, FILME ADESIVADO NA PORTA, VENTILAÇÃO, PLACA DE MICA, LÂMPADA, DISPLAY, PAINEL DE CONTROLE COM NO MÍNIMO AS FUNÇÕES DE DESCONGELAMENTO, AQUECIMENTO E PRATO RÁPIDO; TECLAS DE AJUSTE DE TEMPO, POTÊNCIA, RELÓGIO, PORÇÕES, TECLA LIGAR, PAUSAR E CANCELAR. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: CAPACIDADE 20 LITROS, POTÊNCIA MÍNIMA: 800 (W); CLASSIFICAÇÃO PROCEL A; VOLTAGEM: 220V; DIMENSÕES APROXIMADAS (MM): AXLXP: 320 X 530 X 430. PRATO GIRATÓRIO.	2	UNIDADE	R\$ 587,00	R\$ 1.174,00
20	FORNO MICRO-ONDAS CONSTRUÍDO EM AÇO INOXIDÁVEL. CARACTERÍSTICAS: TRAVA E DISPOSITIVO DE SEGURANÇA, PUXADOR, FILME ADESIVADO NA PORTA, VENTILAÇÃO, PLACA DE MICA, LÂMPADA, DISPLAY, PAINEL DE CONTROLE COM NO MÍNIMO AS FUNÇÕES DE DESCONGELAMENTO, AQUECIMENTO E PRATO RÁPIDO; TECLAS DE AJUSTE DE TEMPO, POTÊNCIA, RELÓGIO, PORÇÕES, TECLA LIGAR, PAUSAR E CANCELAR. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: CAPACIDADE 32 LITROS, POTÊNCIA MÍNIMA: 900 (W); CLASSIFICAÇÃO PROCEL A; VOLTAGEM: 220V; DIMENSÕES APROXIMADAS (MM): AXLXP: 320 X 530 X 430. PRATO GIRATÓRIO.	27	UNIDADE	R\$ 802,44	R\$ 21.665,88
21	FREEZER, TIPO HORIZONTAL, CAPACIDADE 290 L, SISTEMA DEGELO FROST FREE, TENSÃO ALIMENTAÇÃO 220V, PODE OPERAR NA FUNÇÃO FREEZER E REFRIGERADOR, PINTURA EPOXI BRANCO, COM 01 PORTA CEGA.	9	UNIDADE	R\$ 3.012,68	R\$ 27.114,12



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA

REITORIA

22	FREEZER, TIPO HORIZONTAL, CAPACIDADE 500 L, SISTEMA DEGELO FROST FREE, TENSÃO ALIMENTAÇÃO: 220V, TIPO PORTAS SÓLIDA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS DUPLA AÇÃO (CONGELAMENTO E REFRIG.) FAIXA -18°C A -22°C, E REFRIGERADOR: +1°C A +8°C; ISOLAÇÃO COM POLIURETANO; GÁS REFRIGERANTE R-134 ^a . RODÍZIOS REFORÇADOS. PINTURA EPOXI BRANCO. QUANTIDADE PORTAS 2.	20	UNIDADE	R\$ 4.080,00	R\$ 81.600,00
23	FREEZER, TIPO: VERTICAL, CAPACIDADE: 228 L, SISTEMA DEGELO: FROST FREE, TENSÃO ALIMENTAÇÃO: 220V, PINTURA EPOXI BRANCO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CESTOS REMOVÍVEIS, LÂMPADA, CONTROLE DE TEMPERATURA	3	UNIDADE	R\$ 3.091,36	R\$ 9.274,08
24	FRIGOBAR, CAPACIDADE: 120 L, TENSÃO ALIMENTAÇÃO: 220 V, COR: BRANCA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CONDENSADOR EMBUTIDO E COMPARTIMENTO P/CONGELADOR, PRATELEIRAS REMOVÍVEIS, PÉS NIVELADORES, PORTA-LATAS MODULARES, PORTA REVERSÍVEL. CERTIFICAÇÃO PROCEL A.	39	UNIDADE	R\$ 1.410,33	R\$ 55.002,87
25	GELADEIRA, CAPACIDADE 340, DUPLEX 2 PORTAS, VOLTAGEM 220 V, INVERTER, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS FROST FREE, COR BRANCA. CERTIFICAÇÃO PROCEL A.	26	UNIDADE	R\$ 2.399,96	R\$ 62.398,96
26	GELADEIRA, CAPACIDADE 462 LITROS, DUPLEX 2 PORTAS, SISTEMA FROST FREE, 220V, INVERTER, PRATELEIRAS DE VIDRO REMOVÍVEIS, DISPLAY TOUCH SCREEN, ALARME DE PORTA ABERTA, PÉS REGULÁVEIS. COR: BRANCA. CERTIFICAÇÃO PROCEL A.	7	UNIDADE	R\$ 3.794,67	R\$ 26.562,69



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA

REITORIA

27	LIQUIDIFICADOR COM FUNÇÃO PULSAR, COM 4 LÂMINAS AFIADAS/ CAPACIDADE PARA TRITURAR GELO, SISTEMA COM TRAVA DE SEGURANÇA, EVITA QUE O LIQUIDIFICADOR ENTRE EM FUNCIONAMENTO SEM QUE O COPO ESTEJA TRAVADO CORRETAMENTE, POSSUIR BASE COM PÉS DE BORRACHA ANTIDESLIZANTES, COPO MONOBLOCO (SEM SOLDAS), PRODUZIDO EM INOX, CORPO E ACOPLAMENTO PRODUZIDO EM AÇO INOX. CAPACIDADE MÍNIMA DO COPO: 1,5 LITROS POTÊNCIA MÍNIMA: 900W VOLTAGEM: 220V	11	UNIDADE	R\$ 620,61	R\$ 6.826,71
28	MÁQUINA DE LAVAR ROUPAS, 11 KG, TIPO LAVADORA E SECADORA, ABERTURA FRONTAL, INVERTER, CESTO DE INOX FIXO, TENSÃO: 220V, COR BRANCA	8	UNIDADE	R\$ 3.472,45	R\$ 27.779,60
29	MIXER 700W, DUAS VELOCIDADES, LÂMINAS DESTACÁVEIS EM AÇO INOXIDÁVEL, 220V, DESIGN ERGONÔMICO E SEU CORPO EMBORRACHADO, CORPO DESMONTÁVEL, ACOMPANHA: COPO MEDIDOR DE 600ML. COR A DEFINIR NO MOMENTO DO EMPENHO.	2	UNIDADE	R\$ 304,13	R\$ 608,26
30	MULTIPROCESSADOR ALIMENTOS , MATERIAL PLÁSTICO E INOX, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: 2 VELOCIDADES MAIS A FUNÇÃO PULSAR. ACOMPANHADO DE ACESSÓRIOS: 1 EMULSIFICADOR, 1 ACESSÓRIO PARA FATIAR BATATAS FRITAS, 1 ACESSÓRIO GRANULADOR, 1 JARRA DE LIQUIDIFICADOR, 1 ACESSÓRIO PARA CORTE À JULIANA, 1 BATEDOR, 1 FACÇA DE CORTE, 1 ESPREMEDOR DE FRUTAS, 1 ACESSÓRIO PARA TRITURAR PEDAÇOS GROSSOS, 1 ACESSÓRIO PARA OBTER FATIAS GROSSAS, 1 ACESSÓRIO PARA TRITURAR PEDAÇOS FINOS, 1 ACESSÓRIO PARA OBTER FATIAS FINAS, 1 DISCO REVERSÍVEL, ACOMPANHADO DE MANUAL DE INSTRUÇÕES E CAIXA ORGANIZADORA. POTÊNCIA 750 W, TENSÃO 220V, LÂMINAS	1	UNIDADE	R\$ 513,26	R\$ 513,26



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA

REITORIA

	EM AÇO INOXIDÁVEL.				
31	PIA DE AÇO INOX COM CUBA CENTRAL. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: FABRICADA TOTALMENTE EM AÇO INOX AISI 304 ESCOVADO, INCLUINDO UMA LATERAL DE NO MÍNIMO 300 MM QUE ESCONDA TODA A PROFUNDIDADE DA CUBA E UMA PRATELEIRA INFERIOR COM DISTÂNCIA DE 450 MM DA ALTURA DA LATERAL, COM PELO MENOS QUATRO PÉS EM FORMATO TUBULAR OU CIRCULAR, TAMBÉM FABRICADOS EM AÇO INOX AISI 304 E AJUSTÁVEIS PARA REGULAR A ALTURA DO ARMÁRIO, CONTENDO TAMBÉM VÁLVULAS, SIFÕES PARA CONEXÃO E TAMPÕES, TODOS FABRICADOS EM AÇO INOX, CANTOS DOBRADOS, ARREDONDADOS E SOLDADOS, PARA EVITAR ACÚMULO DE SUJEIRA E CANTOS PERIGOSOS PARA OPERADORES, ACABAMENTO AÇO ESCOVADO. DIMENSÕES MÍNIMAS: 1800 MM (C) X 700 MM (P) X 850 MM (A). ESPESSURA MÍNIMA DO AÇO: 1,2 MM. DIMENSÃO CUBA 600 MM (C) X 500 MM (P) X 300 MM (A). GARANTIA MÍNIMA DE 3 MESES.	7	UNIDADE	R\$ 931,67	R\$ 6.521,69
				TOTAL	R\$ 1.324.328,70

1.2. Estimativa de quantidade por unidade participante.

A estimativa de quantidades está no Anexo II.

1.3. Locais de Entrega:



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA**

REITORIA

RT - Instituto Federal Farroupilha - Reitoria - Santa Maria/RS - Alameda Santiago do Chile, 195 - Nossa Sra. das Dores - CEP 97050-685 - Santa Maria - Rio Grande do Sul.

AL - Instituto Federal Farroupilha – Alegrete/RS - RS-377 - Km 27 - Passo Novo - CEP 97555-000 - Alegrete/RS

FW - Instituto Federal Farroupilha – Frederico Westphalen/RS - Linha 7 de setembro, s/n, BR 386 - KM 40, Cx. Postal: 169 - CEP:98400-000 - Frederico Westphalen - RS

JA - Instituto Federal Farroupilha – Jaguari/RS - BR 287, KM 360, Estrada do Chapadão, sn - CEP 97760-000 - Jaguari - Rio Grande do Sul/RS

JC - Instituto Federal Farroupilha – Júlio de Castilhos/RS - RS 527 - Estrada de acesso secundário para Tupanciretã

PB - Instituto Federal Farroupilha – Panambi/RS - Rua Erechim, 860 - Bairro Planalto - CEP 98280-000 - Panambi, RS

SR - Instituto Federal Farroupilha – Santa Rosa/RS - Av. Cel. Bráulio de Oliveira, 1400 - Bairro Central - CEP: 98787-740 Santa Rosa/RS

SA - Instituto Federal Farroupilha – Santo Augusto/RS - Rua Fábio João Andolhe, 1100 - CEP 98590-000 - Santo Augusto / RS

SAN - Instituto Federal Farroupilha – Santo Ângelo/RS - RS 218 - Km 5 - Indúbras - CEP 98806-700 – Santo Ângelo/RS

SB - Instituto Federal Farroupilha – São Borja/RS - Rua Otaviano Castilho Mendes, nº 355 - CEP 97670-000 - São Borja - Rio Grande do Sul/RS

SVS - Instituto Federal Farroupilha – São Vicente do Sul/RS - Rua 20 de Setembro, 2616 - CEP 97420-000 - São Vicente do Sul - Rio Grande do Sul/RS

URUG - Instituto Federal Farroupilha – Uruguaiana/RS - Rua Monteiro Lobato, 4442. Bairro Cabo Luís Quevedo. CEP: 97503-748 Uruguaiana - RS

1.4. Em atendimento às regulamentações oficiais, em especial a Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dão outras providências, a contratada deverá observar que seus produtos a serem fornecidos:

1.4.1. Que as embalagens utilizadas para acondicionar os produtos sejam produzidos preferencialmente em materiais reciclados (e que possibilitem a reciclagem posterior);

1.4.2. Que os produtos sejam acondicionados utilizando uma quantidade mínima de embalagens de modo a evitar a utilização de outros materiais desnecessariamente;

1.4.3. Sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

1.4.4. Sejam preferencialmente acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA

REITORIA

1.4.5. Não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr (VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenilpolibromados (PBDEs).

1.4.6. Empreguem tecnologia que traga menor consumo de energia seguindo a classificação A ou A+++ do PROCEL.

1.5. Os bens objeto da aquisição estão dentro da padronização seguida pelo órgão, conforme especificações técnicas e requisitos de desempenho constantes do Catálogo Unificado de Materiais - CATMAT do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG.

1.6. Ocorrendo possíveis divergências entre a descrição do item contido neste Termo e a descrição vinculada ao código do material no sistema Comprasnet (CATMAT), prevalecerá a descrição contida no Termo de Referência.

1.7. Quando não especificada, a cor do objeto será informado na emissão do empenho.

1.8. Junto com a proposta deverá ser enviado catálogo ou folder do produto ofertado.

1.9. Os produtos deverão ter prazo de garantia mínima de 12 (doze) meses, sendo a Contratada responsável por realizar assistência técnica gratuita nos aparelhos e equipamentos até o final da garantia.

1.10. A assistência técnica deverá ocorrer no local onde estiverem instalados os produtos. Caso não seja possível, a remoção do aparelho/equipamento se dará sem qualquer ônus para a Contratante, mediante substituição deste por outro equivalente ou de melhor qualidade durante o período de conserto.

1.11. O prazo máximo de entrega dos itens é de 90 dias corridos, contados do recebimento da nota de empenho, em remessa única, considerando a entrega como objeto montado.

1.12. A liquidação das notas fiscais somente ocorrerá somente após o recebimento definitivo, incluindo a montagem e o objeto estar de acordo com as especificações do item.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA**

REITORIA

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

- 2.1.** Os aparelhos e utensílios domésticos são de grande importância para a Instituição, utilizados tanto nas atividades administrativas, quanto nas de ensino, refeitórios e alojamentos estudantis. A futura aquisição dos produtos desta natureza de despesa tem por objetivo atender as demandas de todas as unidades do IFFar, seja para substituição de aparelhos que já estão estragados, àqueles que podem vir a estragar devido aos quase 02 (dois) anos sem uso devido a pandemia ou, ainda, daqueles mais críticos, que servem de substitutos para emergências, como é o caso de aparelhos de ar condicionado para setor de informática (datacenter/nobreak) e geladeiras, em refeitórios e laboratórios.
- 2.2.** Também é importante relacionar a necessidade de renovação de alguns aparelhos muito antigos, que consomem muita energia, por modelos mais eficientes - principalmente neste momento de grande escassez hídrica.
- 2.3.** Outro ponto a ser considerado é que a Instituição não realizou pregão desta natureza de despesa (ND) nos últimos dois anos, fato que gerou demandas reprimidas.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

- 3.1.** A solução que melhor atende às necessidades da Administração é a instauração de processo administrativo para licitação, do tipo pregão eletrônico, na modalidade de registro de preço para aquisição de Aparelhos e Utensílios Domésticos, pois permite a compra conforme demanda e disponibilidade orçamentária. Em termos de justificativa econômica, não há alternativas menos dispendiosas para atender o interesse da Administração que não a contratação proposta.

4. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

- 4.1.** O presente objeto a ser contratado é considerado bem comum, nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520, de 2002.

5. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

- 5.1.** O prazo de entrega dos bens é de até 90 dias, contados da emissão do empenho nos endereços das unidades do IFFar.
- 5.2.** Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 10 (dez.) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
- 5.3.** Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 (trinta.) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA**

REITORIA

5.4. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

5.4.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. São obrigações da Contratante:

6.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

6.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

6.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

6.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

6.1.4.1. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

6.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

7.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

7.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

7.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA**

REITORIA

- 7.1.4.comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 7.1.5.manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 7.1.6.indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

8. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 8.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

9. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 9.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

10. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

- 10.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
 - 10.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.
- 10.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 10.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

11. DO PAGAMENTO



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA**

REITORIA

- 11.1.** O pagamento será realizado no prazo máximo em até 30 (trinta.) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 11.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 11.2.** Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.
- 11.3.** A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 11.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 11.3.2. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 11.3.3. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 11.3.4. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 11.3.5. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 11.3.6. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 11.3.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA

REITORIA

11.3.8. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

11.3.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

11.3.9.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

11.3.10. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

11.3.10.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

11.3.11. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA**

REITORIA

12. DO REAJUSTE

- 12.1.** Os preços são fixos e irrealizáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.
- 12.1.1.** Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA/IBGE exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 12.2.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 12.3.** No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
- 12.4.** Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 12.5.** Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 12.6.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 12.7.** O reajuste será realizado por apostilamento.

13. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 13.1.** Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

14. A GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS.

- 14.1.** O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 12(doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.
- 14.2.** A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.
- 14.3.** A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pela própria Contratada, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.
- 14.4.** Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA

REITORIA

- 14.5.** As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.
- 14.6.** Uma vez notificada, a Contratada realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pela Contratada ou pela assistência técnica autorizada.
- 14.7.** O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada da Contratada, aceita pelo Contratante.
- 14.8.** Na hipótese do subitem acima, a Contratada deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.
- 14.9.** Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pela Contratada, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir da Contratada o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.
- 14.10.** O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade da Contratada.
- 14.11.** A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 15.1.** Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:
- 15.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
 - 15.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
 - 15.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;
 - 15.1.4. comportar-se de modo inidôneo;
 - 15.1.5. cometer fraude fiscal;
- 15.2.** Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA

REITORIA

- 15.2.1. Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- 15.2.2. multa moratória de 0,033.% (zero trinta e tres por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- 15.2.3. multa compensatória de 10% (Dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- 15.2.4. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- 15.2.5. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 15.2.6. impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o conseqüente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
- 15.2.6.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 16.1 deste Termo de Referência.
- 15.2.7. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 15.3.** As sanções previstas nos subitens 16.2.1, 16.2.5, 16.2.6 e 16.2.7 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- 15.4.** Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:
- 15.4.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 15.4.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 15.4.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 15.5.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 15.6.** As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
- 15.6.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA**

REITORIA

15.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

15.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

15.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

15.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

15.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

15.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

16. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

16.1. O custo estimado da contratação é de R\$ 1.324.328,70.

Santa Maria - RS, 22 de Junho de 2022.

Carlos Rodrigo Lehn
CPF: 955.652.990-04
Ordenador de Despesas
Reitor Substituto
Port. 582/2021



Emitido em 22/06/2022

TERMO DE REFERÊNCIA Nº TERMO DE REFERÊNCIA/2022 - CLCSVS (11.01.10.02.04.03)
(Nº do Documento: 45)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 22/06/2022 15:24)
CARLOS RODRIGO LEHN
REITOR

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sig.iffarroupilha.edu.br/documentos/> informando seu número: **45**, ano: **2022**, tipo: **TERMO DE REFERÊNCIA**, data de emissão: **22/06/2022** e o código de verificação: **badc9c8f0f**



Anexo II – Relação de Itens e Locais de Entrega

PREGÃO SRP N° 23/2022

(Processo Administrativo n.º 23243.000719/2022-15)

Item	Especificações	Qtd	Unid	PMUN - Vlr. Médio	Total
1	APARELHO AR CONDICIONADO, CAPACIDADE REFRIGERAÇÃO 12.000 BTUS, QUENTE E FRIO, TENSÃO 220V, TIPO SPLIT HI WALL, INVERTER, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COM CONTROLE REMOTO SEM FIO, CERTIFICAÇÃO PROCEL A.	96	UNIDADE	R\$ 2.122,37	R\$ 203.747,52
2	APARELHO AR CONDICIONADO, CAPACIDADE REFRIGERAÇÃO 18.000 BTUS, QUENTE E FRIO, TENSÃO 220V, TIPO SPLIT HI WALL, INVERTER, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COM CONTROLE REMOTO SEM FIO, CERTIFICAÇÃO PROCEL A.	64	UNIDADE	R\$ 3.786,14	R\$ 242.312,96
3	APARELHO AR CONDICIONADO, CAPACIDADE REFRIGERAÇÃO 24.000 BTUS, QUENTE E FRIO, TENSÃO 220V, TIPO SPLIT HI WALL, INVERTER, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COM CONTROLE REMOTO SEM FIO, CERTIFICAÇÃO PROCEL A.	41	UNIDADE	R\$ 3.926,56	R\$ 160.988,82
4	APARELHO AR CONDICIONADO, CAPACIDADE REFRIGERAÇÃO 30.000 BTUS, QUENTE E FRIO, TENSÃO 220V, TIPO SPLIT HI WALL, INVERTER, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COM CONTROLE REMOTO SEM FIO, CERTIFICAÇÃO PROCEL A.	53	UNIDADE	R\$ 5.212,29	R\$ 276.251,37
5	ASPIRADOR PÓ/LÍQUIDO, MATERIAL PLÁSTICO ALTA RESISTÊNCIA, VOLTAGEM 220 V, POTÊNCIA ASPIRADOR MÍNIMA 1.600 WATS, CAPACIDADE TANQUE MÍNIMA 1,5, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS FILTRO HEPA, RODAS, TUBOS PROLONGADORES, BOCAIS, APLICAÇÃO PISOS E ESTOFADOS	10	UNIDADE	R\$ 640,80	R\$ 6.408,00
6	BATEDEIRA DOMÉSTICA, CAPACIDADE: 4.000 ML, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:8 VELOCIDADES/3 BATEDORES/TRAVAS NA BASE E ALIMENT, POTÊNCIA MÍNIMA:300W, VOLTAGEM: 220 V	2	UNIDADE	R\$ 436,33	R\$ 872,66
7	BATEDEIRA ELETRICA DE BOLO, NOME BATEDEIRA ELETRICA DE BOLO, BATEDEIRA PLANETÁRIA INDUSTRIAL -12 LITROS. BATEDORES EM ALUMÍNIO ESPECIAIS PARA CADA FUNÇÃO (GLOBO, RAQUETE E ESPIRAL); VELOCIDADE EM SEIS ESTÁGIOS; CUBA EM AÇO INOXIDÁVEL;	3	UNIDADE	R\$ 4.340,42	R\$ 13.021,26



	CAPACIDADE: 12 LITROS. TENSÃO: 220V, PESO 45KG, POTÊNCIA 1,3CV, COSUMO 0,26KW/H. PRODUTO EM CONFORMIDADE COM A NR-12, DO INMETRO. MARCA DE REFERÊNCIA: GASTROMAQ.				
8	BATEDEIRA PLANETÁRIA - BOWL MULTIFUNCIONAL, PODE SER UTILIZADO TAMBÉM COMO FREEZER E NO FORNO. - POSSUI FUNÇÃO PARTIDA SUAVE E 12 VELOCIDADES PARA LHE GARANTIR MAIS PRECISÃO AO BATER SUAS RECEITAS. COM VENTOSAS ULTRA RESISTENTES, MANTÊM A ESTABILIDADE ATÉ NO PREPARO DE MASSAS MAIS PESADAS. TAMPA ANTI RESPINGOS LHE AUXILIA E LHE GARANTE SEGURANÇA DURANTE O PROCESSO DE BATIMENTO. 1 TIGELA; 1 BATEDOR PARA MASSAS PESADAS; 1 BATEDOR CLARA EM NEVE; 1 BATEDOR PARA MASSAS LEVES; 1 TAMPA DA TIGELA; 1 ESPÁTULA; TIPO: PLANETÁRIA; COR: PRETO E INOX; POTÊNCIA: 750W; CONSUMO: 0,75KWH; CAPACIDADE DO BOWL: 4 LITROS; MATERIAL DO BOWL: INOX; QUANTIDADE DE VELOCIDADES: 12 VELOCIDADES; BOWL PODE IR AO FREEZER OU FORNO: SIM; TAMPA ANTI RESPINGOS: SIM; MATERIAL: PLÁSTICO; MATERIAL DOS BATEDORES: INOX; DIMENSÕES APROXIMADAS DO PRODUTO: 32,5 X 39 X 26 CM (A X L X P); DIMENSÕES APROXIMADAS DA EMBALAGEM : 37 X 40 X 26 CM (A X L X C); PESO APROXIMADO DO PRODUTO: 3,6 KG.	4	UNIDADE	R\$ 716,55	R\$ 2.866,20
9	BATEDEIRA PLANETÁRIA KITCHENAID - MODELO ARTISAN - TIGELA É EM AÇO INOXIDÁVEL COM CAPACIDADE PARA 4,8 LITROS; - CORPO TODO DE METAL; - PROTETOR DE RESPINGOS; - REALIZA UM MOVIMENTO ATINGINDO 59 PONTOS DE CONTATO NA LATERAL DA TIGELA. 3 batedores são eles: Batedor plano para massas normais e pesadas.	2	UNIDADE	R\$ 2.615,97	R\$ 5.231,94
10	BEBEDOURO ÁGUA GARRAFÃO, MATERIAL: PLÁSTICO, TIPO: ELÉTRICO DE MESA, CAPACIDADE: COMPORTA GALÕES DE ATÉ 20L, TENSÃO 220V, DUAS TORNEIRAS PARA SELECIONAR ÁGUA NATURAL E GELADA, POSSUI BANDEJA COLETORA DE ÁGUA REMOVÍVEL, COR BRANCO.	8	UNIDADE	R\$ 442,64	R\$ 3.541,12



11	CAFETEIRA ELÉTRICA 220V, PREPARA 1,5 L OU MÍNIMO 14 XÍCARAS DE 50 ML, POTENCIA 550 WATTS, COM FUNÇÃO TIMER QUE PERMITE PROGRAMAR O HORÁRIO DO PREPARO DO CAFÉ COM ATÉ 24H DE ANTECEDÊNCIA, RESERVATÓRIO COM GRADUAÇÃO QUE INDICA O NÍVEL DE ÁGUA, ACOMPANHA COLHER DOSADORA, COR: PRETO COM PRATA, COM JARRA/COPO DE INOX.	23	UNIDADE	R\$ 299,60	R\$ 6.890,80
12	CLIMATIZADOR DE AR EVAPORATIVO COM UM VENTILADOR, PAINEL EVAPORATIVO E BOMBA D'ÁGUA. CAPACIDADE DE CLIMATIZAÇÃO PARA 100 M ² ; RENOVAÇÃO DE AR CONTÍNUA; VAZÃO: 7.600 M ³ /H; TENSÃO: 220V; NÍVEL DE RUÍDO: 65 DB; FREQUÊNCIA: 60 HZ.	1	UNIDADE	R\$ 1.959,66	R\$ 1.959,66
13	CORTINA DE AR DE 120 CM IDEAL PARA AMBIENTES QUE PRECISAM FICAR COM A PORTA ABERTA, ORIENTAÇÃO HORIZONTAL, TENSÃO 220V, INSTALAÇÃO PAREDE/TETO, COM CONTROLE REMOTO: COM DOIS NÍVEIS DE VELOCIDADE, COR BRANCA.	18	UNIDADE	R\$ 908,51	R\$ 16.353,18
14	CORTINA DE AR DE 150 CM IDEAL PARA AMBIENTES QUE PRECISAM FICAR COM A PORTA ABERTA, ORIENTAÇÃO HORIZONTAL, TENSÃO 220V, INSTALAÇÃO PAREDE/TETO, COM CONTROLE REMOTO: COM DOIS NÍVEIS DE VELOCIDADE, COR BRANCA.	23	UNIDADE	R\$ 1.003,12	R\$ 23.071,76
15	CORTINA DE AR DE 90 CM IDEAL PARA AMBIENTES QUE PRECISAM FICAR COM A PORTA ABERTA, ORIENTAÇÃO HORIZONTAL, TENSÃO 220V, INSTALAÇÃO PAREDE/TETO, COM CONTROLE REMOTO: COM DOIS NÍVEIS DE VELOCIDADE, COR BRANCA.	9	UNIDADE	R\$ 1.073,03	R\$ 9.657,27
16	CUBA DE HIGIENIZAÇÃO OU LAVATÓRIO PARA MÃOS, FABRICADO EM AÇO INOX AISI 304 DE NO MÍNIMO 0,6 MM DE ESPESSURA COM TORNEIRA DE ACIONAMENTO POR PEDAL (A TORNEIRA ACOMPANHA O PRODUTO). MEDIDAS DE 0,80 X 0,50 X 0,50M (AXLXC) COM COLUNA. COM KIT DE INSTALAÇÃO E INSTALAÇÃO COMPLETA.	2	UNIDADE	R\$ 2.708,00	R\$ 5.416,00



17	DESUMIDIFICADOR DE AR 20L/D 30º 80%UR (LITROS/DIA), 220V, ALÇA POSTERIOR PARA TRANSPORTE, UMIDOSTATO DIGITAL PARA REGULAGEM DO ÍNDICE DA UMIDADE RELATIVA, PAINEL EM LED QUE APONTA O % DE UR NO AMBIENTE, RESERVATÓRIO DE ÁGUA DE 6,5 LITROS, ADAPTADOR PARA MANGUEIRA (DRENO DIRETO) GÁS ECOLÓGICO, PÁ DIRECIONADORA DE AR (SWING), LUZ INDICATIVA E SINAL SONORO DE RESERVATÓRIO CHEIO, TIMER PARA DESLIGAR, DEFROST INCLUSO, PARADA AUTOMÁTICA QUANDO O NÍVEL MÁXIMO É ATINGIDO NO RECIPIENTE, RELIGANDO AUTOMATICAMENTE APÓS A DRENAGEM DO CONDENSADO. MARCA MODELO REFERÊNCIA: DESUMIDIFICADOR DESIDRAT PLUS 300 THERMOMATIC 220V	2	UNIDADE	R\$ 3.829,88	R\$ 7.659,76
18	FORNO ELÉTRICO, CAPACIDADE 46 L, GRILL, VIDRO DUPLO, TERMOSTATO, POTÊNCIA MÍNIMA 1500 W, APLICAÇÃO: DOMÉSTICA, VOLTAGEM:220 V, DIMENSÕES APROXIMADAS: LARGURA:49 CM, ALTURA:40 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PAINEL COM VISOR ILUMINADO, AUTOLIMPANTE, ISOLAMENTO, COR: BRANCO OU PRATA, FUNÇÃO DOURAR, COM 2 RESISTÊNCIAS: SUPERIOR E INFERIOR, COM CONTROLE INDIVIDUAL DE TEMPERATURA, BOTÃO SELETOR DE TEMPERATURA DE 90ºC A 230ºC, BOTÃO SELETOR DE FUNÇÕES: AQUECIMENTO SUPERIOR, INFERIOR, SUPERIOR E INFERIOR, BOTÃO TIMER DE 90 MINUTOS COM SINAL SONORO, BOTÃO TIMER POSSUI OPÇÃO PARA MANTER LIGADO, LUZ INDICADORA DE FUNCIONAMENTO, ACOMPANHA GRELHA DESLIZANTE.	16	UNIDADE	R\$ 689,76	R\$ 11.036,16
19	FORNO MICRO-ONDAS CONSTRUÍDO EM AÇO INOXIDÁVEL. CARACTERÍSTICAS: TRAVA E DISPOSITIVO DE SEGURANÇA, PUXADOR, FILME ADESIVADO NA PORTA, VENTILAÇÃO, PLACA DE MICA, LÂMPADA, DISPLAY, PAINEL DE CONTROLE COM NO MÍNIMO AS FUNÇÕES DE DESCONGELAMENTO, AQUECIMENTO E PRATO RÁPIDO; TECLAS DE AJUSTE DE TEMPO, POTÊNCIA, RELÓGIO, PORÇÕES, TECLA LIGAR, PAUSAR E CANCELAR. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: CAPACIDADE 20 LITROS, POTÊNCIA MÍNIMA: 800 (W); CLASSIFICAÇÃO PROCEL A; VOLTAGEM: 220V; DIMENSÕES APROXIMADAS (MM): AXLXP: 320 X 530 X 430. PRATO GIRATÓRIO.	2	UNIDADE	R\$ 587,00	R\$ 1.174,00



20	FORNO MICRO-ONDAS CONSTRUÍDO EM AÇO INOXIDÁVEL. CARACTERÍSTICAS: TRAVA E DISPOSITIVO DE SEGURANÇA, PUXADOR, FILME ADESIVADO NA PORTA, VENTILAÇÃO, PLACA DE MICA, LÂMPADA, DISPLAY, PAINEL DE CONTROLE COM NO MÍNIMO AS FUNÇÕES DE DESCONGELAMENTO, AQUECIMENTO E PRATO RÁPIDO; TECLAS DE AJUSTE DE TEMPO, POTÊNCIA, RELÓGIO, PORÇÕES, TECLA LIGAR, PAUSAR E CANCELAR. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: CAPACIDADE 32 LITROS, POTÊNCIA MÍNIMA: 900 (W); CLASSIFICAÇÃO PROCEL A; VOLTAGEM: 220V; DIMENSÕES APROXIMADAS (MM): AXLXP: 320 X 530 X 430. PRATO GIRATÓRIO.	27	UNIDADE	R\$ 802,44	R\$ 21.665,88
21	FREEZER, TIPO HORIZONTAL, CAPACIDADE 290 L, SISTEMA DEGELO FROST FREE, TENSÃO ALIMENTAÇÃO 220V, PODE OPERAR NA FUNÇÃO FREEZER E REFRIGERADOR, PINTURA EPOXI BRANCO, COM 01 PORTA CEGA.	9	UNIDADE	R\$ 3.012,68	R\$ 27.114,12
22	FREEZER, TIPO HORIZONTAL, CAPACIDADE 500 L, SISTEMA DEGELO FROST FREE, TENSÃO ALIMENTAÇÃO: 220V, TIPO PORTAS SÓLIDA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS DUPLA AÇÃO (CONGELAMENTO E REFRIG.) FAIXA -18°C A -22°C, E REFRIGERADOR: +1°C A +8°C; ISOLAÇÃO COM POLIURETANO; GÁS REFRIGERANTE R-134ª. RODÍZIOS REFORÇADOS. PINTURA EPOXI BRANCO. QUANTIDADE PORTAS 2.	20	UNIDADE	R\$ 4.080,00	R\$ 81.600,00
23	FREEZER, TIPO: VERTICAL, CAPACIDADE: 228 L, SISTEMA DEGELO: FROST FREE, TENSÃO ALIMENTAÇÃO: 220V, PINTURA EPOXI BRANCO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CESTOS REMOVÍVEIS, LÂMPADA, CONTROLE DE TEMPERATURA	3	UNIDADE	R\$ 3.091,36	R\$ 9.274,08
24	FRIGOBAR, CAPACIDADE: 120 L, TENSÃO ALIMENTAÇÃO: 220 V, COR: BRANCA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CONDENSADOR EMBUTIDO E COMPARTIMENTO P/CONGELADOR, PRATELEIRAS REMOVÍVEIS, PÉS NIVELADORES, PORTA-LATAS MODULARES, PORTA REVERSÍVEL. CERTIFICAÇÃO PROCEL A.	39	UNIDADE	R\$ 1.410,33	R\$ 55.002,87
25	GELADEIRA, CAPACIDADE 340, DUPLEX 2 PORTAS, VOLTAGEM 220 V, INVERTER, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS FROST FREE, COR BRANCA. CERTIFICAÇÃO PROCEL A.	26	UNIDADE	R\$ 2.399,96	R\$ 62.398,96



26	GELADEIRA, CAPACIDADE 462 LITROS, DUPLEX 2 PORTAS, SISTEMA FROST FREE, 220V, INVERTER, PRATELEIRAS DE VIDRO REMOVÍVEIS, DISPLAY TOUCH SCREEN, ALARME DE PORTA ABERTA, PÉS REGULÁVEIS. COR: BRANCA. CERTIFICAÇÃO PROCEL A.	7	UNIDADE	R\$ 3.794,67	R\$ 26.562,67
27	LIQUIDIFICADOR COM FUNÇÃO PULSAR, COM 4 LÂMINAS AFIADAS/ CAPACIDADE PARA TRITURAR GELO, SISTEMA COM TRAVA DE SEGURANÇA, EVITA QUE O LIQUIDIFICADOR ENTRE EM FUNCIONAMENTO SEM QUE O COPO ESTEJA TRAVADO CORRETAMENTE, POSSUIR BASE COM PÉS DE BORRACHA ANTIDESLIZANTES, COPO MONOBLOCO (SEM SOLDAS), PRODUZIDO EM INOX, CORPO E ACOPLAMENTO PRODUZIDO EM AÇO INOX. CAPACIDADE MÍNIMA DO COPO: 1,5 LITROS POTÊNCIA MÍNIMA: 900W VOLTAGEM: 220V	11	UNIDADE	R\$ 620,61	R\$ 6.826,69
28	MÁQUINA DE LAVAR ROUPAS, 11 KG, TIPO LAVADORA E SECADORA, ABERTURA FRONTAL, INVERTER, CESTO DE INOX FIXO, TENSÃO: 220V, COR BRANCA	8	UNIDADE	R\$ 3.472,45	R\$ 27.779,60
29	MIXER 700W, DUAS VELOCIDADES, LÂMINAS DESTACÁVEIS EM AÇO INOXIDÁVEL, 220V, DESIGN ERGONÔMICO E SEU CORPO EMBORRACHADO, CORPO DESMONTÁVEL, ACOMPANHA: COPO MEDIDOR DE 600ML. COR A DEFINIR NO MOMENTO DO EMPENHO.	2	UNIDADE	R\$ 304,13	R\$ 608,26
30	MULTIPROCESSADOR ALIMENTOS , MATERIAL PLÁSTICO E INOX, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: 2 VELOCIDADES MAIS A FUNÇÃO PULSAR. ACOMPANHADO DE ACESSÓRIOS: 1 EMULSIFICADOR, 1 ACESSÓRIO PARA FATIAR BATATAS FRITAS, 1 ACESSÓRIO GRANULADOR, 1 JARRA DE LIQUIDIFICADOR, 1 ACESSÓRIO PARA CORTE À JULIANA, 1 BATEDOR, 1 FACA DE CORTE, 1 ESPREMEDOR DE FRUTAS, 1 ACESSÓRIO PARA TRITURAR PEDAÇOS GROSSOS, 1 ACESSÓRIO PARA OBTER FATIAS GROSSAS, 1 ACESSÓRIO PARA TRITURAR PEDAÇOS FINOS, 1 ACESSÓRIO PARA OBTER FATIAS FINAS, 1 DISCO REVERSÍVEL, ACOMPANHADO DE MANUAL DE INSTRUÇÕES E CAIXA ORGANIZADORA. POTÊNCIA 750 W, TENSÃO 220V, LÂMINAS EM AÇO INOXIDÁVEL.	1	UNIDADE	R\$ 513,26	R\$ 513,26



31	<p>PIA DE AÇO INOX COM CUBA CENTRAL. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: FABRICADA TOTALMENTE EM AÇO INOX AISI 304 ESCOVADO, INCLUINDO UMA LATERAL DE NO MÍNIMO 300 MM QUE ESCONDA TODA A PROFUNDIDADE DA CUBA E UMA PRATELEIRA INFERIOR COM DISTÂNCIA DE 450 MM DA ALTURA DA LATERAL, COM PELO MENOS QUATRO PÉS EM FORMATO TUBULAR OU CIRCULAR, TAMBÉM FABRICADOS EM AÇO INOX AISI 304 E AJUSTÁVEIS PARA REGULAR A ALTURA DO ARMÁRIO, CONTENDO TAMBÉM VÁLVULAS, SIFÕES PARA CONEXÃO E TAMPÕES, TODOS FABRICADOS EM AÇO INOX, CANTOS DOBRADOS, ARREDONDADOS E SOLDADOS, PARA EVITAR ACÚMULO DE SUJEIRA E CANTOS PERIGOSOS PARA OPERADORES, ACABAMENTO AÇO ESCOVADO. DIMENSÕES MÍNIMAS: 1800 MM (C) X 700 MM (P) X 850 MM (A). ESPESSURA MÍNIMA DO AÇO: 1,2 MM. DIMENSÃO CUBA 600 MM (C) X 500 MM (P) X 300 MM (A). GARANTIA MÍNIMA DE 3 MESES.</p>	7	UNIDADE	R\$ 931,67	R\$ 6.521,69
TOTAL					R\$ 1.324.328,70

SEQ.	AL	JA	JC	PB	REITO RIA	SR	SA	SAN	SB	SVS	URUG
	QTDE ESTIM ADA	QTDE ESTIM ADA	QTDE ESTIM ADA	QTDE ESTIM ADA	QTDE ESTIM ADA	QTDE ESTIM ADA	QTDE ESTIM ADA	QTDE ESTIM ADA	QTDE ESTIM ADA	QTDE ESTIMA DA	QTDE ESTIMA DA
1	10	5		8	5		8	5	3	44	8
2	13	5			5		6		7	22	6
3	11									30	
4	2	11	1	3	5		3	10	10	4	4
5		1		2	1		2			3	1
6			2								
7	1	1								1	
8									4		
9									2		



10		3									5
11	5	1		4			5		4		4
12										1	
13							2		10		6
14							5	2	10		6
15										4	5
16								2			
17										2	
18	4	3				2	3	1	2		1
19	1		1								
20	5		1	5	2		6	2	2	3	1
21										9	
22	1	1					4		2	12	
23				1				2			
24		5		3	1		8	5	5	2	10
25	5	2		3			3	5		7	1
26		2				1	1	1	1		1
27	5		2				4				
28	4						2		1	1	
29						2					
30						1					
31								3		4	

ENDERECOS:

Campus Alegrete: RS 377, Km 27, Passo Novo, CEP 97555-000, Alegrete/RS;

Campus Jaguari: BR 287, KM 360, Estrada do Chapadão, sn - CEP 97760-000 - Jaguari - Rio Grande do Sul – RS;

Campus Júlio de Castilhos: RS-527 - Estrada de acesso secundário para Tupanciretã, Distrito de São João do Barro Preto, CEP nº 98.130-000, Júlio de Castilhos – RS;

Campus Panambi: Rua Erechim, 860, Bairro Planalto, CEP 98280-000, Panambi - RS;



Reitoria: Alameda Santiago do Chile, 195 - Nossa Sra. das Dores - CEP 97050-685 - Santa Maria - RS

Campus Santa Rosa : Av. Cel. Bráulio de Oliveira, 1400 - Bairro Central - CEP: 98787-740 Santa Rosa – RS;

Campus Santo Ângelo: RS 218, km 5, Bairro Indúbras – Santo Ângelo – RS, CEP 98806-700, Santo Ângelo-RS;

Campus Santo Augusto: Rua Fábio João Andolhe, 1100 - CEP 98590-000 – Santo Augusto – RS;

Campus São Borja: Rua Otaviano Castilho Mendes, nº 355 - CEP 97670-000 - São Borja – RS;

Campus São Vicente do Sul: Rua 20 de Setembro, 2616 - CEP 97420-000 - São Vicente do Sul – RS; e

Campus Avançado Uruguaiana: Rua Monteiro Lobato, 4442, Bairro Cabo Luis Quevedo, CEP nº 97.503-748, Uruguaiana-RS;



ANEXO III

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA
PREGÃO SRP 23/2022

(Processo Administrativo n.º 23243.000719/2022-15)

O Instituto Federal Farroupilha, com sede Na Rua, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, neste ato representado , neste ato representado pela REITORA....., nomeada pela Portaria nº, publicada no DOU, inscrita no CPF sob o nº, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão, na forma Eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS PE 26/2021 , publicada no de/...../200....., processo administrativo n.º, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto n.º 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS, especificado no Termo de Referência, anexo do edital de Pregão nº 23/2022, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>)						
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade	Valor Un	Prazo garantia ou validade



2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES

3.1. O órgão gerenciador será o Instituto Federal Farroupilha – Reitoria.

3.2. São unidades participantes do registro de preços:

<i>Item n°</i>	<i>Órgãos Participantes</i>	<i>Unidade</i>	<i>Quantidade</i>

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666, de 1993 e no Decreto nº 7.892, de 2013.

4.1.1. A manifestação do órgão gerenciador de que trata o subitem anterior, salvo para adesões feitas por órgãos ou entidades de outras esferas federativas, fica condicionada à realização de estudo, pelos órgãos e pelas entidades que não participaram do registro de preços, que demonstre o ganho de eficiência, a viabilidade e a economicidade para a administração pública federal da utilização da ata de registro de preços, conforme estabelecido em ato do Secretário de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

4.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

4.3. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, ao máximo de cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

4.4. As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão



gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

- 4.4.1. Tratando-se de item exclusivo para microempresas e empresas de pequeno porte e cooperativas enquadradas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, o órgão gerenciador somente autorizará a adesão caso o valor da contratação pretendida pelo aderente, somado aos valores das contratações já previstas para o órgão gerenciador e participantes ou já destinadas à aderentes anteriores, não ultrapasse o limite de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) (Acórdão TCU nº 2957/2011 – P).
- 4.5. Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.
- 4.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.
 - 4.6.1. Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

5. VALIDADE DA ATA

- 5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, a partir da sua assinatura, não podendo ser prorrogada.

6. REVISÃO E CANCELAMENTO

- 6.1. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.
- 6.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).
- 6.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.
- 6.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.



- 6.4.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.
- 6.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:
 - 6.5.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
 - 6.5.2. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.
- 6.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
- 6.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:
 - 6.7.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;
 - 6.7.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
 - 6.7.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
 - 6.7.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).
- 6.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 6.7.1, 6.7.2 e 6.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 6.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:
 - 6.9.1. por razão de interesse público; ou
 - 6.9.2. a pedido do fornecedor.

7. DAS PENALIDADES

- 7.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.



7.1.1. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente, nos termos do art. 49, §1º do Decreto nº 10.024/19.

7.2. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 5º, inciso X, do Decreto nº 7.892/2013), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 6º, Parágrafo único, do Decreto nº 7.892/2013).

7.3. O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no art. 20 do Decreto nº 7.892/2013, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

8. CONDIÇÕES GERAIS

8.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

8.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, nos termos do art. 12, §1º do Decreto nº 7892/13.

8.3. A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, compõe anexo a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, §4º do Decreto n. 7.892, de 2014.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador

Representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

**ANEXO IV – MODELO DE PROPOSTA****INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA****PREGÃO SRP Nº 23/2022**

Razão Social:		
Responsável Legal:		
CNPJ:		
Endereço:		
Cidade:	UF:	CEP:
Fone:	Fax:	
E-mail:		

PREÇO TOTAL EM ALGARISMOS E POR EXTENSO:		
Prazo de Validade da Proposta:		Prazo de entrega:
Banco (cod.):	Agência (cód.):	Conta-Corrente:

(INSERINDO AS INFORMAÇÕES REFERENTE AOS ITENS PERTINENTES, EXEMPLO ABAIXO ITEM 1)

Nº	DESCRIÇÃO	UND	MARCA	QUANTIDA DE TOTAL	R\$ Unit	R\$ Total
1	Barra transversal (Sarrafo) - para salto em altura 4m em fibra de vidro, certificado pela Federação Internacional de Atletismo (IAAF), pesando no máximo 2kg, 0,08cm de largura e 0,08 cm de profundidade. Ponteiros plásticas substituíveis.	UNIDADE		4	R\$	R\$

Carimbo padronizado do CNPJ:**Declaramos estar de acordo com todos os termos e condições do Edital e Anexos.****Observações:**

Os preços contidos na proposta incluem todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos (fretes, seguros, etc.), tributos incidentes e outros que se fizerem necessários.



Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha

Reitoria



....., ____DE DE 2022.

Assinatura do responsável pela empresa